



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – CONASP

ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO.

Nos dias 22, 23 e 24 de abril de 2015, no Auditório Tancredo Neves do Ministério da Justiça, situado à Esplanada dos Ministérios, Bloco T, teve início a 31ª Reunião Ordinária, com a presença da Presidente do Conselho, Regina Maria Filomena De Luca Miki, do Vice-Presidente, Sr. Almir Laureano dos Santos, da Secretária Executiva do Conselho, Paula Guerra Varela, do representante da Associação Brasileira de Gays, lésbicas e Travestis e transexuais – ABGLT, Sra. Fernanda Benvenutty, do representante da Associação dos Delegados de Polícia Federal, Sr. Carlos Eduardo Miguel Sobral, do representante da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais – APCF, Sr. Carlos Antônio Almeida de Oliveira, do representante Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais – ANASPRA, Sr. Elisandro Lotin de Souza, do representante da Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis – COBRAPOL, Sr. Jânio Bosco Gandra, do representante da Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares (CNCG), Sr. Agnaldo Augusto da Cruz, do representante da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais – FENEME, Sr. Abelardo Camilo Bridi, do representante da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – FENAPRF, Sr. Maicon Nachtigall, do representante do Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia FNOP, Sr. Teobaldo Witter, da representante da Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE, Srta. Neiriele Marques da Silva, da representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH, Sra. Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes, do representante do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná – SINDARSPEN, Sr. Paulo Cezar Buzzetti dos Santos, do representante do Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil, Sr. Rodrigo Tasso, do representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Sr. Cássio Thyione Almeida de Rosa, do representante do Instituto Sou da Paz, Sr. Ivan Contente Marques, do representante da Rede Desarma Brasil, Sr. Cléber Pinheiro Costa, do representante da Viva Rio, Sr. Sebastião Correia dos Santos, do representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Sr. Renato Sérgio de Lima, do representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Sr. Alexandre Fonseca, do representante do Coletivo de Entidades Negras - CEN BRASIL, Sr. Adailton Borges, do representante da Associação dos Delegados de Polícia – ADEPOL, Sr. Ronney Augusto Matsui Araújo, do representante do Associação

Brasileira de Criminalística – ABC, Sr. Walney José de Almeida. Participaram como convidados o representante da Universidade Federal Fluminense/UFRJ – NECVU, Sr. Daniel Veloso Hirata, a representante da Universidade de São Paulo – USP, Sra. Ana Maura Tomesini, a representante do Departamento de Polícia Federal, Sra. Valquíria Souza Teixeira de Andrade, pelo SINDPEM-DF, Sr. Cléber Melo Pereira, do Conselho Nacional de Psicologia, Sr. Rafael Menegassi Taniguchi, do representante da Secretaria do Movimento de Direitos Humanos – SMDH, Escritório de Brasília/DF, Sra. Diana Melo Pereira, do representante da APRASC, Sra. Mirela M. Vieira, do representante do Instituto Sou da Paz, Sr. Bruno. **O conselheiro e Vice-Presidente do CONASP, Sr. Almir** deu início aos trabalhos com a apresentação da seguinte proposta de pauta: **dia 22 de abril – pela manhã** - 09h00 – Abertura - 09:15 – Aprovação da Pauta - 09:30 - – Assinatura do Termo de Posse por parte dos novos conselheiros. 09h40 – Apresentações: 1- Apresentação do Livro “Pensando Segurança” da autoria de Ana Maura Tomesani, onde relata sobre a História do CONASP. 2. Votação de três decisões colegiadas para definir quais conselheiros (titulares e suplentes) representarão o CONASP em três grupos de trabalho: a) Acesso de Jovens Negros à Justiça, coordenado pela SNJ/PR; b) Violência Letal contra Crianças e Adolescentes, a cargo pela SDH/PR e c) Assédio Moral e Sexual das Profissionais de Segurança Pública, instituído pela SENASP/MJ e a SRJ/MJ. 12h00 – Intervalo para Almoço. **Dia 22 à tarde** - 14h00 – Apresentações: 1. Apresentação da Pesquisa sobre Segurança Pública nos Municípios de Fronteira - ENAFRON, realizada pelo Professor Daniel Veloso Hirata da Universidade Fluminense do Rio de Janeiro. 2. Apresentação sobre o Anuário do Fórum de Segurança Pública, realizada pelo Sr. Renato Sergio Lima, Vice-Presidente do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 18h00 – Encerramento. **Dia 23 de abril pela manhã**: 09h00– Abertura – 1. Aprovação da Resolução que disciplina o Regimento Interno da 2ª CONSEG – I. Discussão sobre a Resolução que disciplina o Regimento Interno da 2ª CONSEG, em especial sobre as seguintes votações de propostas da conferência e apreço: 1) objetivos específicos – pág 1; 2) formação das comissões organizadoras – pág. 5; 3) composição por gêneros – pág. 10. 12h00– Intervalo para Almoço. **Dia 23 de abril à tarde** -14h00 – Retorno dos Trabalhos – **1.** Continuação da discussão sobre a Resolução que disciplina o Regimento Interno da 2ª CONSEG. 18h00– Encerramento. **Dia 24 de abril pela manhã** - 09h00 – Abertura - Continuação da discussão sobre a Resolução que disciplina o Regimento Interno da 2ª CONSEG. 12h00 – Intervalo para Almoço. **Dia 24 de abril à tarde**. 14h00– Retorno dos Trabalhos. - Agenda Prioritária de Segurança Pública; - Criação de uma Academia Nacional de Gestão de Segurança Pública; - Apresentação dos Relatórios dos GTs; - Indicação para a Presidência do CONASP. 16:30 – Informe dos Conselheiros. 17h – Encerramento. Foi colocada em votação a ata da 30ª Reunião Ordinária do CONASP, que foi aprovada por unanimidade. **A Conselheira Lurdinha solicitou** a palavra fazendo constar que nos 6 meses que atua no CONASP percebeu um certo isolamento em relação aos outros conselhos e comitês. Fez 03 (três) sugestões: 1) que houvesse maior interlocução com conselhos do Ministério da Justiça e demais conselhos, para garantir a participação do CONASP nestes espaços, inclusive para representá-lo em conferências 2) criação de um Grupo de Trabalho (GT) para formação de profissionais de justiça e segurança pública, em conjunto com a Secretaria de Direitos Humanos e do Comitê de Educação e Direitos Humanos que vai fazer a

reforma do Plano Nacional de Direitos Humanos, citando que dia 6 de maio haverá um evento na SDH com altas autoridades do MERCOSUL, propondo que o CONASP participe desse evento; 3) que o CONASP foi provocado pelo PROVITAS, que é o Programa de Proteção à Vida, que solicitou a participação na reunião do CONASP para que possam expor as dificuldades na busca de resoluções conjuntas. **O conselheiro e Vice-Presidente do CONASP, Sr. Almir** sugeriu que os 3 (três) itens integrem uma mesma decisão colegiada, o que foi acatado por todos. Com a palavra a **Conselheira Lurdinha** para dizer que iria redigir a proposta. A **Secretária Executiva, Paula Guerra**, disse para encaminhar a proposta para ser votada no último dia, sendo desta forma encaminhado. Em seguida foi aprovada a pauta proposta, sem alterações. A pedido da **Conselheira Neiriele** cada Conselheiro se apresentou citando suas referências pessoais e a quem representam no CONASP. Em seguida o **conselheiro e Vice-Presidente do CONASP, Sr. Almir** Foi convidada para compor a mesa a palavra à Sra. Ana Maura Tomesini para que procedesse à apresentação do Livro “Pensando Segurança”. Encerrada a apresentação, após algumas considerações da autora, abriu-se a palavra aos conselheiros. Pediu a palavra o **Conselheiro Gandra**, que comentou ter participado da 1ª CONSEG, salientou que presenciou o dilema do CONASP: houve uma tentativa do governo de se proteger, vez que CONASP poderia interferir em suas posições políticas; que no governo Lula se tinha uma visão, que não continuou no governo atual; ressaltou a necessidade de definir a identidade do conselho, que ainda não conseguiu realizar a 2º CONSEG; criticou a postura do governo é de não considerar o CONASP; que conselho é para dar conselho e não para somente se reunir. Em seguida falou a **Conselheira Fernanda** afirmando que o CONASP vai envelhecer sem amadurecer; que muitas vezes se discute coisas que não estão em pauta; que se aprova pauta das polícias e não da sociedade; observou que os conselheiros sequer têm o direito de representar o CONASP em suas regiões; ressaltou a importância da participação do CONASP no Fórum Interconselhos, para que a segurança pública entrar no PPA 2016/2019. Com a Palavra o **Conselheiro Teobaldo**, que disse ser participante antigo de conselhos e que aqueles passam pelo PPA são mais valorizados; ressaltou que são poucos que entendem que se possa tirar coisas importantes da sociedade; que segurança pública não é coisa só de polícia. **O conselheiro Carlos** fez uso da palavra para parabenizar a autora, explicitando que cada conselheiro tem seus objetivos e que isso é natural; que o CONASP tem que produzir conhecimento e que não vê como fazer isso a não ser divulgando tudo; que é preciso definir prioridades com foco no mandato de 2 anos; que é preciso fazer com que o interesse social se sobreponha; que é necessário potencializar as decisões e fazer com que os tomadores de decisões (do governo) fiquem atentos. Com a palavra o **Conselheiro Tião**, que também parabenizou a autora, afirmando que ela havia apresentado um retrato fiel do que foi o CONASP até aqui; salientou que o CONASP vive um dilema para ter de volta o caráter deliberativo; que é preciso que o Conselho faça ações políticas para o governo entender que ele (CONASP) deve ser ouvido; apresentou a proposta de que seja feito um balanço da política de segurança pública do governo, que tem deixado a desejar; salientou que se não for feito isso, não tem sentido todos estarem ali. **Com a palavra a autora**, disse se sentir desconfortável para falar sobre questões colocadas pelo conselheiro Gandra, mas que essa discussão deve ser feita pelos conselheiros; que considera importante e entende a preocupação dos conselheiros quanto a representatividade; que os conselhos que são

atrelados a fundos têm “status” diferenciados; disse não ter familiaridade com outros conselhos, no entanto conhece o conselho de psicologia que faz planejamento estratégico até o fim do mandato e distribuem tarefas para conselheiros; disse não saber qual a efetividade de se chamar conferências, só se for em razão do planejamento, entendendo que não pode ser feita isoladamente. Dada a palavra à **Conselheira Neiriele**, esta parabenizou a autora, afirmando que se assustou a falta de planejamento e falta de gestão; questionou qual estrutura a Senasp oferece para o CONASP em todas as etapas; solicitou que na posse dos Conselheiros fossem apresentados os servidores que atuam no CONASP; fez constar a necessidade de ser ter uma Secretária Executiva exclusiva do CONASP. Solicitou a palavra a **Conselheira Lurdinha**, que disse ter iniciado nos diálogos regionais; que nas reuniões, tem o sentimento de que CONASP estava no limbo e que é preciso que as discussões sejam pautadas em bases, como agora, quando assistimos o plano Nacional de Redução de Homicídios. Em seguida falou o **Conselheiro Bridi** para dizer que participou desde o início com a Comissão Organizadora Nacional – CON e que sempre leu as atas; que nem tudo foi só derrota; pontuou a diminuição da tensão entre praças e oficiais (fez registro pontuais); criticou a relação do Ministério com o Conselho e pontuou que isso era visível em pequenos gestos, a exemplo da ausência dos crachás; que enquanto o CONASP não participar das decisões para onde vai o dinheiro da Segurança Pública, será assim; que o CONASP deve definir o que quer. Tomou a palavra o **Conselheiro Augusto** dizendo que houve grandes vitórias e grandes derrotas; disse ter vivido os dois lados, gestor e sociedade; que viu as dificuldades de implementação de políticas públicas; que o Governo Federal tem responsabilidade subsidiária na segurança pública; que a SENASP também busca identificação e que não é fácil o diálogo, a legislação induz a uma guerra interna; que no CONASP se deu a possibilidade de mudança; que a única saída é planejamento; que a sociedade tem que participar. Franqueada a palavra ao **Conselheiro Lotin**, este parabenizou a autora; em seguida disse que vitória que o conselheiro Bridi citou é vitória nossa dos conselheiros para com o conselho e que dos conselheiros para com as autoridades não houve evolução; que não existe um processo de democratização da política de Segurança Pública para os entes federados.; que todos entendem de segurança pública e que o CONASP tem que aprender com a sociedade e que deve cobrar de todas as autoridades sem amores políticos partidários; frisou que os conselheiros estão no Conselho representando entidades, trabalhadores e gestores e que não se encaminha nada atualmente. Dada a palavra à **autora Ana**, disse que há que se brigar em duas frentes: CONASP deliberativo é importante, mas para isso é preciso pactuar, planejar; que o CONASP tem o papel de cobrar, mas tem que pensar em planejar e criar uma marca e passar a ter influência na sociedade, no legislativo e no Ministério da Justiça, que tem que pensar em estratégias de visibilidade do CONASP. A **Conselheira Neiriele**, disse que na questão de evolução do CONASP, de fato isso é patente e que a quantidade de funcionários é impactante, afirmando que eram 12 que trabalhavam na CON e que houve redução de recursos humanos, como se tivesse passado por desvalorização da estrutura; observou que isso está no Livro e que a questão de participar do processo de deliberação foi muito discutido; que os projetos vinham prontos. O **Conselheiro Augusto** disse que a Senasp está buscando identidade; que a Secretaria tem 13 anos, entendendo que ela está buscando se entender, mas não é motivo para o CONASP deixar de pensar em sua identidade; disse achar que é

importante a necessidade de planejamento do CONASP, suas atividades. Encerradas as falas acerca da apresentação o **conselheiro e Vice-Presidente do CONASP, Sr. Almir**, solicitou uma salva de palmas para a Autora, Sra. Ana Maura, agradecendo pelo brilhante trabalho e apresentação; salientou a necessidade de empenho de todos e a importância do parecer do CONASP nº 1, que trata do papel dos municípios, dando por encerrada a primeiro item da pauta. Ato contínuo se passou ao segundo ponto de pauta, a votação de três decisões colegiadas para definir quais conselheiros (titulares e suplentes) representarão o CONASP em três grupos de trabalho: a) Acesso de Jovens Negros à Justiça, coordenado pela SNJ/PR; b) Violência Letal contra Crianças e Adolescentes, a cargo pela SDH/PR e c) Assédio Moral e Sexual das Profissionais de Segurança Pública, instituído pela SENASP/MJ e a SRJ/MJ. Inicialmente foi estipulado o prazo de 5 (cinco) minutos para que os conselheiro buscassem nomes consensuais. Encerrados o prazo, foram as seguintes indicações: Para compor o Grupo de Trabalho que tratará do Acesso de Jovens Negros à Justiça, foi indicada para representar o CONASP como titular a conselheira Neiriele Marques da Silva e com suplente o conselheiro Adailton Borges dos Santos. Para representar o CONASP no grupo de trabalho que vai tratar da “Violência Letal contra Crianças e Adolescentes, a cargo pela SDH/PR”, foi indicado como titular o conselheiro Sebastião Correia dos Santos e com suplente o Conselheiro Carlos Antônio Almeida de Oliveira. Para representar o CONASP no grupo de trabalho que tratará do “Assédio Moral e Sexual das Profissionais de Segurança Pública, instituído pela SENASP/MJ e a SRJ/MJ”, foi indicado como titular o Conselheiro Jânio Bosco Gandra e como suplente a conselheira Valquíria Souza Teixeira de Andrade. Todas as indicações foram aprovadas por unanimidade. Encerrada a pauta prevista para o período da manhã, foram encerrados os trabalhos com retorno previsto para as 14h00. **No dia 22 de abril de 2015, à tarde -14 horas – Apresentação:** 1- Apresentação da pesquisa sobre Segurança Pública nos Municípios de Fronteira – ENAFRON, realizada pelo Professor Daniel Veloso Hirata da Universidade Fluminense do Rio de Janeiro. **Senhor Almir, vice-presidente do CONASP**, iniciou os trabalhos informando que haveria duas apresentações; convidou o Professor Daniel Veloso para sentar-se à mesa para início dos trabalhos. Desfez-se a mesa para assistir a apresentação. O Professor Daniel Veloso agradeceu o convite e fez a apresentação de sua pesquisa. O **Vice-Presidente, Sr. Almir**, agradece e convida a Dra. Paula, Secretária Executiva do CONASP a sentar-se à mesa e abre para a plenária. Em seguida foi dada a palavra ao **conselheiro Carlos Antonio** que indagou o Professor Daniel quanto a relação entre o consumo de drogas e o numero de furtos e roubos, se existem dados que apontam essa relação. Franqueada a palavra ao **Conselheiro Bredi**, este informou que sua família é de região de fronteira e o índice de violência é muito grande; que têm policiais envolvidos em grupo de extermínio, abordando a corrupção de policiais. Em seguida falou o **Conselheiro Teobaldo**, informando que é Ouvidor de Policia no Mato Grosso e que vive no dia a dia essas situações, tais como questão indígena, área demarcada e não demarcada. Após as intervenções foi cedido **ao Professor Daniel Veloso** tempo para comentar. Este iniciou seus comentários abordando a questão fronteiriça dizendo que ser para ele, uma das coisas mais espinhosas que no diz respeito a segurança pública nesses lugares, porque lá se encontrou pelo menos circulando tanto nesses últimos dois anos nessas regiões é mais ou menos o seguinte: fica o maior jogo de empurra entre as instituições de

segurança pública de quem seria responsável pela atuação nas áreas indígenas, por exemplo; que, normalmente quem deveria fazer isso era a Polícia Federal, mas é muito comum esses policiais federais considerarem isso como uma atividade que não está a altura da sua instituição e, do outro lado, outros policiais militares (referindo-se aos que não são federais) não atuam por entenderem que não integram suas responsabilidades; afirmou que tem lugares, que são verdadeiras cidades que tem problemas pra além da de suas formas de organização, de contenção ou mediação de conflitos nas formas tradicionais desses povos; afirmou que nesse contexto é que os índios aparecem como problema sem solução. Reaberta as intervenções aos conselheiros, falou a **Conselheira Valquiria**, para dizer que a Polícia Federal atua quando o crime é contra a etnia e quando o índio pratica crime comum, é a Polícia Militar e a Polícia Civil quem atuam; ressaltou que nos locais, todos sabem quem é o competente e que a FUNAI sabe muito bem quem chamar num momento de conflito. Em seguida solicitou a palavra o **Conselheiro Carlos Antonio** para dizer que o que precisa ser feito é ouvir os indígenas pra saber o que eles querem dos órgãos de repressão ao tráfico; que outro problema muito grande é que muitas etnias não aceitam a entrada das forças policiais em suas terras e que isso cria no policial tanto estadual quanto federal, dificuldade de atendimento, além de representar risco. Retomou a palavra o **Professor Daniel** para dizer que juntando um pouco essas duas perguntas uma coisa que apareceu de forma muito recorrente na pesquisa é que há uma relação muito forte e direta em cidades muito pequenas de gente que todo mundo se conhece; que pessoas que tem muito poder local, com influência política e econômica com mercados ilícitos, torna a atividade de repressão ao tráfico de drogas muito complicada; ressaltou que no início da pesquisa, quando começou a entrevistar os operadores, moradores e lideranças da sociedade civil, muita gente dizia que os policiais querem trabalhar nas capitais, que os policiais chegam no interior já querendo ir embora; que havia uma reclamação, que os policiais federais, não tinham uma boa relação com a comunidade local; fez constar que aos poucos foi percebendo que esse havia um jogo ambíguo nesses lugares; que não conhecer a comunidade local tinha a ver com a não participação, por vezes, das cumplicidades que se formam em comunidades pequenas; constatou ainda ser necessário valorizar o policial que deseja trabalhar na fronteira, mas acha fundamental oferecer condições dignas de trabalho, oferecer auxílio não só para o policial, mas também para sua família; disse ainda que tem também uma questão de enquadramento institucional mais amplo e que é importante ter grupos especializados como o DOF que são policiais que conhecem bem o terreno e sabem como funciona a criminalidade organizada do lugar, enfim, que é importante também ter uma circulação mesmo de policiais federais, da receita federal, da polícia rodoviária federal que circulem por esses lugares para fazer um trabalho articulado com esses grupos especializados, sem o qual não conseguem romper com as alianças informais que existem nesses locais; frisou que a União deve chegar nesses lugares, ponderando ainda, a delegação de poderes para as pessoas do lugar. Terminada as colocações do Professor Daniel, foi dada a palavra ao **Conselheiro Tião**, que convidou a uma reflexão, dizendo que, na verdade, achava importante esse programa de fronteira que a Presidenta Dilma lançou ainda no seu primeiro mandato e lançou por dois motivos bastante fortes; um de que ela estava convencida que esse é um tema que é dever da União tratar de fronteiras e outro, para dar resposta política a muitos governadores que corriqueiramente dizem que em seus Estados não existe refino de

cocaína nem fábrica de armas, portanto era dever da União tratar das fronteiras; ressaltou que uma ou outra cidade tem um grau de violência um pouco mais visível, mas no geral, a grande maioria das cidades de fronteira não sofrem a violência do tráfico de armas, drogas; salientou que, a seu ver, o grande problema do tráfico está nas grandes cidades; que considera que resultados seriam muito maiores concentrado o trabalho nas fronteiras das grandes cidades, do que uma extensão de fronteiras enorme que tem o país pra se tentar impedir a entrada de drogas e armas; disse que é importante, sem duvida nenhuma o programa, mas entende que para a segurança publica, por suas peculiaridades, surtiria mais efeitos se tivessem realizado uma pesquisa ou um trabalho com essas fronteiras internas, talvez o resultado teria sido melhor. Tomou a palavra a **Conselheira Valquíria**, para acrescentar que também tem as pistas clandestinas no Rio de Janeiro; que o assunto é mais complexo; que o assunto já foi abordado tanto na centralização do trabalho nas regiões de fronteira como descentralizado; que a Polícia Federal tem uma operação chamada “Sentinela” com o intuito de operar nas fronteiras; que a indenização para trabalho na fronteira era plataforma do primeiro mandato da presidenta Dilma, para poder possibilitar a fixação do policial com sua família; que a Policia Federal fez todo um estudo, ressaltando que essa necessidade não se limita tão somente à zona de fronteira; que a proposta se encontra no Ministério do Planejamento; que com a Fixação do policial com as famílias, haverá condições para que realize um bom trabalho e uma aproximação saudável com a comunidade; que o CONASP poderia ajudar que saísse do Ministério do Planejamento esse projeto de indenização de fronteira. Dando continuidade ao debate foi franqueada a palavra ao **Conselheiro Lotin**, que comentou a questão de envolvimento de policias com ao tráfico de drogas, dizendo ser óbvio que ninguém é inocente de avaliar que não existe problema de corrupção, etc; no entanto há muitos problemas com relação a profissionais de segurança publica que têm que se deslocar de suas moradias porque moram do lado de bandidos de alta periculosidade, valendo pontuar isso porque fica parecendo que só há corrupção; que não é dizer que só tenha corrupção, a gente sabe que o problema existe, mas existem também outros pontos que precisam ser abordados pra completar a questão de fronteiras; que em Santa Catarina havia uma gratificação para os policiais que atuavam nas fronteiras e foi retirada e que isso dificulta trabalhar. Pediu a palavra o **Conselheiro Maicon**, pontuando duas questões: primeiro o ponto referente à influência do mercado varejista e atacadista, o quanto esse mercado influencia nas cidades fronteiriças; frisou que na questão do combate a criminalidade nem sempre nós estamos atentos a isso; que realmente o atacadista passa reto e se arredondarmos os números, ele não tem influência quase que alguma nas questões de violência nas regiões de fronteira; que o mercado varejista tem muita influência e pra quem atua na atividade fim, isso é uma situação bastante relevante; que também concorda que o Conselho deveria se fazer mais presente na questão de valorização dos operadores de segurança lotados nessas regiões, porque todo mundo sabe que quando se passa num concurso a nível federal, se o policial tem a opção de trabalhar em uma cidade onde ele tem uma boa estrutura perto de grandes centros, vai preferir tais locais a trabalhar em regiões de fronteira porque é longe, não tem bons hospitais, boas escolas. Para isso ele precisa ter uma remuneração diferenciada; que isso já foi admitido pelo próprio Governo Federal dentro da própria política do ENAFRON, aprovado nas casas legislativas sancionada pela própria Presidente; que teoricamente os melhores profissionais, os primeiros colocados,

preferem regiões melhores estruturadas e mesmo os que são lotados lá, na primeira oportunidade que têm, abandonam essas regiões deixando muitas vezes, policias trabalhando sozinhos nesses locais, o que ocasiona o enfraquecimento do policiamento nas regiões de fronteiras. Solicitou a palavra o **Conselheiro Teobaldo**, para lembrar que na década de 90 em seu Estado, (Mato Grosso), os policias eram enviados para locais distantes como forma de castigo e faziam muitas barbaridades e que isso é um problema da pessoa e também um problema estrutural; que hoje não acontece mais isso; que se tratava de um passado muito recente; que foi apontado na pesquisa, que não é só a policia que vai resolver o problema de segurança na fronteira o que é outro ponto não se pode negar direitos; citou como exemplo a Assembléia Legislativa do Mato Grosso, que realizou audiência publica na divisa a tentativa de negar o direito à terra aos quitanas; registrou que outro ponto é que não se pode demorar na ação para não deixar o problema criar raízes profundas para depois tentar resolver. Dada a palavra ao **Professor Daniel**, este fez constar que a imagem de trabalhar na fronteira ser um castigo foi bem recorrente na pesquisa, é uma representação bem comum entre alguns operadores das instituições de segurança; disse entender que é possível sim atuar pela valorização dos profissionais e mudar isso, que o exemplo mais latente da diferença é como, por exemplo, o Exército faz, que para o Exército é de grande prestigio servir na Amazônia, não só para comandante, mas para todos os militares, que contam com vilas militares e hospitais; que possuem uma estrutura para toda família; que além do abono e gratificação de trabalhar em fronteira ele economiza, pois tem toda estrutura fornecida pelo Exército; que do ponto de vista de valorização profissional, o Exército é um exemplo. Encerrada a apresentação e o debate, o Vice-Presidente, Sr. Almir, agradeceu a presença e a apresentação do professor Daniel, convidando Professor Renato Sergio de Lima para compor a mesa. Em seguida comunicou um problema logístico, e que existiam duas opções para continuidade dos trabalhos para os próximos dois dias, quais sejam, continuar neste local ou ir para o Grande Oriente. **Em regime de votação, foram computados 10 (dez) votos pela permanência no Auditório Tancredo Neves e 07 (sete) para continuar no Grande Oriente, decidindo-se pela manutenção das reuniões no Ministério da Justiça.** Às 16 horas se deu início à apresentação da pesquisa trata do “Anuário do Fórum de Segurança Pública”, realizada pelo Sr. Renato Sérgio Lima, Vice-Presidente do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Encerrada a apresentação, o Vice-Presidente, Sr. Almir e a Secretária Executiva deram inicio ao debate. O Conselheiro Lotin assumiu a direção dos trabalhos; iniciado os debates foi dada a palavra o Conselheiro Bridi, que relatou que o Anuário do Fórum é um grande puxão de orelha e que é hora das instituições fazerem meia culpa; que para aqueles que são das Policias Militares a meia culpa grande; que ninguém gosta de ser criticado, mas como o Renato bem disse que o Fórum é um palpiteiro e o que mais tem na segurança publica é palpiteiro; que as policias militares têm deficiência em formação, tem problema financeiro; que está na hora de pensar não em investimento na segurança publica, e sim na manutenção de segurança publica; que não tem cursos porque o governo não autoriza, não tem reciclagem porque não tem verba, tem que escolher colocar combustível ou dar instrução de tropa, porque não tem dinheiro para as duas coisas e que isso não é uma opção da Policia Militar porque o dinheiro não vem; que os militares são formados para serem os heróis da sociedade; que é muito fácil para o governo, as viaturas estão caindo aos pedaços. não tem colete a

prova de balas, mas tem que ir pra ocorrência; que a sociedade tem que parar de querer que a polícia resolva o problema isoladamente. Pediu a palavra o **Conselheiro Gandra**, afirmou que vem notando que essas pesquisas compiladas, viu uma lacuna que talvez seria importante abordarem; que existe sim a letalidade dos policiais e isso aí não precisa negar porque isso acontece sim, porque tem confronto, mas faltou a seu ver, falar porque os policiais estão se matando tanto e que é preciso mostrar nessa pesquisa que os policiais aposentados estão morrendo à míngua e que foram eles que colocaram vários na cadeia e agora são totalmente esquecidos pelo poder público em geral; indagou ainda porque os policiais estão morrendo e que cerca de 80% dos que conseguiram sobreviver na polícia, estão adoecidos porque gastam seu dinheiro com remédio e que não têm qualidade de vida; que entende que isso precisaria constar da pesquisa; citou ainda, a necessidade de se copiar o que está dando certo em outros países. Em seguida foi dada a palavra à **Conselheira Neiriele**, disse que a partir da informação que se tem de que alguns secretários de segurança pública são filiados ao Fórum, gostaria de saber como é esse diálogo; que a pesquisa apresenta um anuário que trouxe a questão de gênero, de raça/cor, e solicitou que se explicasse como é feito esse diálogo com esses representantes, com esses gestores, com esses servidores; ainda em relação a esse anuário, fez constar que se tem uma atenção especial, vez que essas pessoas, quando elas estão exercendo o cargo delas é outra coisa; indagou, por curiosidade pessoal, se dentro desses filiados o Fórum já fez um corte da questão de gênero, sexualidade e de raça cor também. Em seqüência foi dada a palavra ao **Conselheiro Teobaldo** citando que leu em algum lugar que existem 20.532 (vinte mil quinhentos e trinta e dois) jovens, homens e mulheres, onde 11% (onze por cento) respondem por crimes violentos contra a vida, questionando o que isso; informou ser Ouvidor de Polícia e dos policiais que os procuram, citando um policial que fez teste para promoção e ficou doente, se internou e a nota dele caiu; que isso deu início ao debate: o que os policiais fazem quando está doente? Quando alguém tem problema com álcool, relacionamento conjugal?; que para os superiores esses problemas são coisas de fracos; que os policiais têm receio de procurar apoio psicológico. Franqueada a palavra ao **pesquisador, Sr. Renato**, disse em resposta às ponderações do Conselheiro Gandra que é uma cobrança legítima que é justificada por um lado e reconhecida por outro; que são compilados dados existentes, que se produz muito pouco; informou que esse tipo de pesquisa não existe e essa seria uma das pesquisas mais poderosas, preparatória para a conferência; disse que é preciso pensar no policial aposentado, em licença médica, produzir essa pesquisa sobre gênero e a questão da mulher na polícia; que algumas coisas lhe chocaram bastante e uma delas foi o fato das policiais mulheres que não queriam falar sobre assédio, porque acham que vai atrapalhar pautas corporativas como a volta dos 25 anos para aposentadoria; que falar das mazelas do seu trabalho pode ser danoso às pautas como a aposentadoria; que isso mostra que uma questão fundamental, ressaltando que não é especialista nisso, e a gente podia convidar alguém especialista no assunto, sobre a saúde das próprias organizações; disse que talvez uma das tarefas que o conselho possa ter para a preparação da conferência é incentivar um grande estudo sobre condições de saúde e trabalho nas corporações policiais e citar como os profissionais estão atuando e, ainda, para provocar fazendo comparado com nossos colegas de outras instituições; em resposta à Conselheira Neiriele, informou que possuem um levantamento, não lembrando os

percentuais, mas que o FBSP possui mais ou menos 35% de mulheres e 15% negros; que a maior parte os policiais, da mesma forma que as mulheres não querem assumir a sua condição de vulnerabilidade frente à questão do assédio porque isso atrapalha e que vários dos associados não querem se classificar na questão racial; que dos associados policiais cerca de 60% são das PMS; que fazer com que as pessoas dialoguem é extremamente difícil, mas que tem um grupo comprometido, as idéias que estão sendo discutidas começam a fazer diferença; que a idéia que mais tem surtido efeito é a idéia de você pensar a gestão a partir de alguns critérios específicos; que todos querem a tecnologia mais avançada, a arma, mas o mais importante é como essa técnica tem compromisso com objetivo de garantir paz e direito; registrou que o Fórum possui uma comunicação muito mais forte para dentro do que para fora, pois falar para convertidos é fácil, o problema é quando você fala para não convertido; que não existe no Brasil números acerca dos crimes cometidos por jovens, deu o exemplo do número que começaram a divulgar de que apenas 1% dos homicídios são cometidos por adolescentes; disse não conhecer esse número, ou a fonte; que esse número é uma construção que pode estar certa ou errada, mas ela não é fidedigna, porque ela não tem a sua fonte; que números confiáveis desideologiza o debate; que com isso será mais difícil fazer “joginho ideológico”, mas infelizmente não possui esses números; que são lacunas que não cabe ao Fórum preencher, uma vez que não tem nem pernas suficientes para produzir todo conhecimento necessário à área; que é fundamental preencher as lacunas apontadas pelo Conselheiro Gandra, e que espera um dia preenchê-las, uma vez que o anuário não compila só dados que a própria instituição produz; que o Fórum trabalha com dados que os parceiros também produzem e o maior exemplo foi o gasto estimativo de R\$ 258.000.000,00 que é um dado que o próprio IPEA produz. Só que o dado comparado com os demais, lado a lado gera um impacto muito maior do que soltar um resultado isolado. Então acho que a estratégia é dar contexto reconhecendo a nossa incompetência em querer abarcar tudo; que essa munção pode ser potencializada pelo grupo aqui e por vários outros atores interessados; que se entendermos em investir em conhecimento, talvez se consiga separar o que é ideologia e o que é proposta. Com a palavra o **Conselheiro Lotin** que agradeceu à FBSP, lembrando que já se fala há vinte anos que o modelo de segurança pública está falido e que dados comprovam isso; que se faz segurança pública no Brasil como se fazia há um século; que temos quatro instituições, e nessas quatro, se for aumentar ainda tem Polícia Rodoviária, Polícia Federal, mais a Polícia Ferroviária mais a Guarda Municipal, ou seja, não tem foco; que há muita competição; que não está avançando e os gastos comprovam isso; que é preciso discutir e mudar; que é preciso mudar para que policiais e bombeiros não sejamos crucificados; que foi utilizado pela imprensa os dados divulgados pelo Fórum e que a parte ruim foram os 2200 mortes; que ninguém falou dos 490 policiais mortos e invalidados; que tem governador que aprova lei e depois não cumpre; que punem os praças que cobram a Lei usando a Lei de Segurança Nacional; que policiais são usados politicamente. Que os são reflexo daquilo para que são formados; que o meio forma a pessoa e a pessoa reage; que não há como se falar de Direitos Humanos se policial não tem Direitos Humanos e que assédio comprova isso; que vivemos uma separação onde policial é tratado como sub-cidadão que não tem condição de prestar um serviço de qualidade. Posterior à fala do Conselheiro Lotin, pediu a palavra o **Conselheiro Carlos**, que retomou a questão racial citando dados que trata da vitimização e encarceramento

de três populações; que quanto aos negros, para que não é especialista na questão racial, fica olhando e tende a interpretar isso como uma vitimização associada diretamente com preconceito racial; que para desconstruir ou manter essa primeira impressão, precisaria abrir esses dados e verificar se dentro desses 61,7% dos encarcerados há uma equidade entre pessoas sócio e economicamente menos favorecidas e mais favorecidas, porque se observar que há ali quase que uma totalidade de pessoas menos favorecidas, do ponto de vista socioeconômico, diria que a variável estatística que está em questão é a condição socioeconômica e não a etnia. Em seguida pediu a palavra o **Conselheiro Tião**, dizendo que ouviu uma exposição no Rio de Janeiro, proferida pelo Coronel Carballo em que pontuou a que e a quem a polícia serve e terminou dizendo que a polícia, infelizmente, continua servindo boas elites e hoje, às elites econômicas e políticas; que entende que há dados suficientes, e não são de hoje, que só evoluem para fazer uma mudança radical na segurança do país, mas que lhe parece que a segurança pública no Brasil ainda é uma coisa de governos; que cada governo inventa uma coisa, um jeito e não responde às demandas que os dados mostram anualmente; que a segurança tinha que ser atividade dos Estados assim como as polícias não podem ser coisas de governos, nem de elite A e nem de elite B, tem que ser uma polícia do Estado Brasileiro; que se isso não for de certo modo concebido, não haverá mudança tão cedo; que todos têm que ganhar a opinião pública para essas questões, não basta ter números, é preciso que a sociedade se aproprie desses números e fique indignada e proponha mudanças; que com a Polícia do Rio de Janeiro estão fazendo uma coisa rara, onde foram chamados todos os editores da imprensa nacional para que a Polícia Militar do Rio de Janeiro falasse sobre suas perspectivas, suas angústias, seus sofrimentos; que a mídia comece a tratar as polícias de modo diferenciado o que trata hoje; que para que a mudança ocorra, é a comunicação. **O Vice-Presidente, Senhor Almir** questionou se havia algum conselheiro que ainda gostaria de se manifestar e a resposta foi negativa. De imediato foi dada a palavra **ao Pesquisador, Sr. Renato**, que comentou as colocações dos conselheiros, ressaltando a batalha de comunicação; que para se construir uma nova narrativa a conferência será o espaço, e isso exige dedicação e, sobretudo, credibilidade; que não é só pensar que vai jogar um caminhão de dinheiro para investir em comunicação porque isso não vai resolver o problema de comunicação; que a idéia do Conselheiro Carlos quanto aos dados, nota-se que há uma tendência muito grande de correlação entre variável renda e a variável raça; que tende em todas as investigações a correlacionar a questão da atuação policial a grupos, principalmente das periferias das grandes cidades, das favelas, a questão socioeconômica; que é verdade que o alvo privilegiado das forças policiais brasileiras é sem dúvida os pobres; que, a se detalhar os dados, vai-se perceber que entre os pobres, os negros são mais vigiados que os brancos e que essa é uma questão que agente precisa investir; que uma coisa é estar correlacionada, mas uma não é a outra e que uma não é causa da outra; que existe um debate e o Daniel pode ajudar até mais do que ele acerca desse tema; que não dá pra esperar outra coisa da imprensa porque a construção da notícia é aquilo que é extraordinário, portanto e aquilo que vai chamar a atenção e que essa é a concepção da imprensa; que somente depois da divulgação do anuário é que as polícias começaram a dizer que policiais estavam morrendo e esses policiais não começaram a morrer em novembro; que o debate começou depois da divulgação do anuário; que vivemos uma situação onde uma força neutraliza a outra, é o oficial que neutraliza o praça, o delegado

que neutraliza o agente e assim sucessivamente e que isso precisa ser considerado para tentar avançar de alguma forma. Encerrou sua fala agradecendo ao Conselho. **Sr Almir** encerra o primeiro dia de trabalho agradecendo o palestrante. **Dia 23 de abril (quinta-feira) Manhã às 10h00** o **Conselheiro Vice-Presidente do CONASP, Sr. Almir**, fez a abertura dos trabalhos, estando presente a **Presidenta do Conselho, Sr. Regina Miki**, que saudou a todos, iniciando sua fala lembrando dos cortes orçamentários, garantindo que as reuniões do conselho serão mantidas e continuaram ocorrendo em Brasília, não sendo possível realizar nos estados para não aumentar os gastos; que contribuições dos conselheiros ao Pacto Nacional para Redução de Homicídios serão bem recebidas. Solicitou a palavra o **Conselheiro Lotin**, citando a pesquisa sobre gênero e o trabalho policial que foi exibida no Fantástico. A **Presidenta do Conselho, Sra. Regina Miki** retomou a palavra para dizer do Grupo de Trabalho criado para discutir a pesquisa e aprofundar a questão, aproveitando a oportunidade para encerrar sua fala, se ausentando em razão de outros compromissos na Senasp. Em seguida tomou a palavra o **Conselheiro Vice-Presidente do CONASP, Sr. Almir**, saudando a todos os conselheiros. Fez uso da palavra o **Conselheiro Gandra** para solicitar cópia do documento de indicação dos conselheiros que compõem o grupo de trabalho a que se referiu a Presidenta do Conselho. Houve questionamento de conselheiros sobre o início das atividades dos grupos de trabalhos para os quais os conselheiros foram indicados. Com a palavra o **Vice-Presidente do CONASP, Sr. Almir**, sugeriu debater a substituição da presidência do conselho, relatando ter entendido que haveria a indicação de um nome, porém lembra que quem indica o presidente é o Ministro da Justiça e nesse momento não cabe; que a solicitação de prorrogação do mandato das instituições no conselho evitando a realização de eleições e que é momento de trabalhar a 2ª CONSEG, que o tema da eleição se dê posteriormente. Solicitou a palavra o **Conselheiro Tião** relatando ter estranhado a pauta quanto à indicação do presidente do CONASP por considerar o momento inadequado e que seria ideal a eleição em outra ocasião, em um novo cenário; que o CONASP tem o direito de apresentar nomes para a encolha do ministro em lista tríplice. Com a palavra o **Vice-Presidente do CONASP, Sr. Almir**, para informar que o Regimento Interno que será trabalhado é o da 2ª CONSEG e não do CONASP. Em seguida deu a palavra à **Secretária Executiva Paula Guerra** que lembrou aos conselheiros a necessidade de encaminhar proposta de resolução à secretaria executiva. Retomando a palavra o **Vice-Presidente do CONASP, Sr. Almir**, reiterou a informação de que o tema ser trabalhado naquele momento era o regimento da 2ª CONSEG; que se não estivesse na Vice-Presidência teria somente um ano para permanecer, mais como foi nomeado pelo ministro sua permanência não está sujeito ao mesmo limite temporal a que estão os demais conselheiros. Com a palavra a **Secretária Executiva, Sra. Paula**, para esclarecer que foi entendimento da CONJUR que os mandatos de presidente e vice são indicados pelo ministro. Retomando a palavra o **Vice-Presidente do CONASP, Sr. Almir**, solicitou que fosse definida a metodologia para aprovação do regimento. Pediu a palavra o **Conselheiro Cássio** e apresentou a proposta baseada no trabalho de um grupo formado para tal fim, salientando que muito já se discutiu e seria ideal ir para o que não houve consenso e os demais itens, já aprovar. O **Conselheiro Tião** propôs que se fizesse a leitura do texto, destacando de acordo com solicitação dos conselheiros e retornar discutindo os itens destacados. Com a palavra a **Secretária Executiva, Paula Guerra**,

informou a metodologia aprovada, apresentação das propostas em destaque, com defesa de um conselheiro a favor e um contra. Em seguida a **Secretária Executiva** fez a leitura integral da proposta de regimento para os conselheiros. Encerrada a Leitura foi solicitado a todos os conselheiros que anunciassem seus destaques, sendo os seguintes: art. 3º incisos II, III, com sugestão de inclusão do inciso VII; art. 4º, do caput, modificativo do inciso I e aditivo do incisos VII, aglutinativo – incisos I e VII, arts. 11, 12, 17, 18, 23, 31, 32, 33, 37, 39, 42 incisos III e IV. Realizados os destaques, o **Vice-Presidente do CONASP, Sr. Almir**, deu por encerrado os trabalhos pela manhã. **Às 14h30 se deu início os trabalhos da tarde do dia 23.** Com a palavra o **Vice-Presidente do CONASP, Sr. Almir** iniciou os debates dos destaques. Foram aprovadas as seguintes alterações: art. 3º: incisos I, II, III, IV, renumeração do V e inclusão do VII; art. 4º: reordenação dos incisos e inclusão do VII; art. 13: alteração do inciso VI; art. 18: inclusão do § 2º; art. 19: inclusão dos §§ 1º e 2º; art. 38: criação dos §§ 2º e 3º; art. 43: caput, III e § 1º; art. 48: Inclusão do § 1º; renumeração dos arts. 48 e 49 para 50 e 51, respectivamente e inclusão dos novos arts. 48 e 49. Encerrados os debates para alterações do Regimento Interno da 2ª CONSEG, o **Vice-Presidente do CONASP, Sr. Almir**, **colocou sua aprovação, em votação, sendo aprovado por unanimidade.** Seguindo a pauta, foi indicado o nome dos Conselheiros Sebastião Correia dos Santos e Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes para integrarem a Comissão Executiva com titular e suplente, respectivamente. Ato contínuo, o **Vice-Presidente do CONASP, Sr. Almir** colocou para o plenário a proposta apresentada pelo Conselheiro Tião que tratava da solicitação de reunião extraordinária do CONASP em junho/2015 com a seguinte proposta de pauta: 1 – Apresentação por parte do governo dos programas e ações desenvolvidas nos últimos quatro anos com detalhamento de: a) Exposição da dimensão estratégica da segurança pública definida pelo governo; b) Ações desenvolvidas; c) Recursos investidos e efetivamente gastos; d) Metas previstas e alcançadas; e) Resultados efetivamente alcançados e 2 – Planejamento estratégico para o CONASP com objetivo de definir um plano de metas. Pediu a palavra a Conselheira Neiriele para solicitar que fosse incluído em pauta a reapresentação do Plano Nacional Juventude Viva. Em regime de votação, ambas as propostas foram aprovadas por unanimidade. O **Vice-Presidente do CONASP, Sr. Almir** informou a todos que o Conselheiro Ivan havia solicitado que o ponto de pauta que apresentaria à tarde fosse transferido para a próxima reunião. O **Vice-Presidente do CONASP, Sr. Almir** propôs, após debate entre vários conselheiros, considerando ainda a necessidade de atividades pela manutenção do “Estatuto do Desarmamento”, que a pauta prevista para a tarde (Agenda Prioritária de Segurança Pública; - Criação de uma Academia Nacional de Gestão de Segurança Pública; - Apresentação dos Relatórios dos GTs; - Indicação para a Presidência do CONASP) fosse transferida para a próxima reunião do CONASP, o que foi acatado por todos. Solicitou a palavra o **Conselheiro Lotin**, solicitando a aprovação de uma moção de apoio ao trabalho do Grupo de Trabalho que trata do tema “Assédio Moral Contra Profissionais de Segurança Pública”, o que foi acatado por todos. Foi dada a Palavra à **Conselheira Fernanda** que fez relato, em forma de denúncia, de grave fato ocorrido na cidade de São Paulo, quando uma travesti, de nome Verônica, foi brutalmente agredida por policiais dentro de uma Delegacia de Polícia, tendo os agressores publicado fotos vexatórias na Internet; que esse fato já é de conhecimento das Nações Unidas, solicitando posicionamento do CONASP. Solicitou a palavra o **Conselheiro Bриди** para

propondo que o CONASP solicite relatório completo do fato junto à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo para possibilitar que sejam adotadas providências cabíveis a este e a todos os casos correlatos. A proposta foi acatada por todos. Nada mais havendo a decidir, o **Vice-Presidente do CONASP, Sr. Almir** agradeceu a todos a presença dando por encerrada a 31ª reunião ordinária.



DECISÃO COLEGIADA Nº 11 DE 22 DE ABRIL DE 2015

O CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – CONASP, reunido no prédio do Ministério da Justiça por ocasião da 31ª Reunião Ordinária, em resposta ao ofício de nº 64 da Secretaria Nacional da Juventude, decide nomear os Conselheiros Neiriele Marques da Silva e Adailton Borges dos Santos, titular e suplente, respectivamente, para representarem o CONASP em Grupo de Trabalho relativo ao *Protocolo de Intenções para Redução de Barreiras de Acesso à Justiça aos Jovens Negros em Situação de Violência*, criado pela secretaria mencionada.

Almir Laureano dos Santos
Presidente do CONASP em exercício
PLENO DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



DECISÃO COLEGIADA Nº 12 DE 22 DE ABRIL DE 2015

O CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – CONASP, reunido no prédio do Ministério da Justiça por ocasião da 31ª Reunião Ordinária, em resposta ao ofício de nº 140 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, decide nomear os Conselheiros Sebastião Correia dos Santos e Carlos Antônio Almeida de Oliveira, titular e suplente, respectivamente, para representarem o CONASP em Grupo de Trabalho, coordenado pela SDH, visando à discussão do *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Letal contra Crianças e Adolescentes – PNEVL*.

Almir Laureano dos Santos
Presidente do CONASP em exercício
PLENO DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



DECISÃO COLEGIADA Nº 13 DE 22 DE ABRIL DE 2015

O CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – CONASP, reunido no prédio do Ministério da Justiça por ocasião da 31ª Reunião Ordinária, em resposta ao ofício-circular de nº 05 do Gabinete da SENASP, decide nomear os Conselheiros Jânio Bosco Gandra e Valquíria Souza Teixeira de Andrade, titular e suplente, respectivamente, para representarem o CONASP em Grupo de Trabalho instituído pela SENASP e a SRJ, sobre o tema *Assédio Moral e Sexual das Profissionais de Segurança Pública*.

Almir Laureano dos Santos
Presidente do CONASP em exercício
PLENO DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, 5ª andar, Sala 526 – Ministério da
Justiça

Telefone: (61) 2025-9569 Brasília – DF CEP: 70064-900

MOÇÃO 16, DE 24 DE ABRIL DE 2015

O Conselho Nacional de Segurança Pública – CONASP, em sua 31ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília/DF nos dias 24, 25 e 26 de abril de 2015, aprova **moção de apoio** à criação do Grupo de Trabalho instituído pela SENASP e a SRJ, com o tema *Assédio Moral e Sexual das Profissionais de Segurança Pública*.

Trata-se de matéria relevante para a Segurança Pública e os Direitos Humanos das profissionais, merecendo especial esforço para o diagnóstico da dimensão do problema enfrentado e a proposição de medidas efetivas no sentido de solucioná-lo.

Almir Laureano dos Santos

Vice-Presidente do CONASP

PLENO DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA